



Anais da Assembléia

N. 112

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE OUTUBRO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 95.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1.987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Hermas Brandão.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondu Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiel-se Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) -
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. JOSÉ AFONSO JÚNIOR - (Pela Ordem) -
Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e irá proceder à verificação de votação.
(É procedida à verificação de votação)

Dezoito Senhores Deputados aprovam, 03 Senhores Deputados rejeitam. Aprovada a ata.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Rede Globo de Televisão, pela Campanha "Criança Esperança".

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Senhor Roberto Marinho, Presidente da Rede Globo de Televisão, bem como ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, Diretor da TV Paranaense, TV Cultura e TV Coroados, para que recebam e transmitam a todos os colaboradores o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Campanha "Criança Esperança", da rede Globo de Televisão, que aqui no Paraná é levada a toda a população pela Televisão Paranaense de Curitiba, TV Cultura de Maringá e TV Coroados de Londrina, traz um forte apelo, não apenas com mensagens que nos fazem refletir sobre a problemática da criança mas principalmente com informações que chocam, mas que precisam ser ouvidas e assimiladas.

Considerando que a questão infantil é tanto governamental quanto social, a Campanha serve para chamar a sociedade brasileira para uma verdadeira cruzada em favor das crianças. A mensagem maior que nos é passada diz que a cada um cabe fazer a sua parte, para que seja ao menos reduzida a violência de toda a espécie que sofre a população infantil, em especial o abandono, o descaso e a indiferença.

É nobre a iniciativa e nobre também são os objetivos e propósitos, mas não devemos todos nós ver apenas como mais uma contribuição. Devemos sentir a campanha como um chamamento, e responder prontamente. Não somente com a ajuda material, porém acima de tudo com um permanente trabalho e dedicação para que a triste situação

que nos é apresentada possa ser revertida. Devemos não apenas elogiar a Campanha Criança Esperança, mas a ela aderirmos e contribuirmos - cada um - com a nossa parte.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pela passagem do seu 75º aniversário de fundação.

REQUER, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Senhor Coronel Miguel Arcanjo Capriotti para que receba e transmita a todos os Soldados do Fogo o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Quando nos referimos aos Bombeiros podemos instintivamente associar esses bravos soldados ao combate ao incêndio, mas isso não é tudo.

Somente neste ano, em apenas nove meses, o Corpo de Bombeiros atendeu 697 ocorrências, o que dá na média de quase 30 por dia. E vão de incêndio florestal e de veículos, explosões, salvamento de pessoas e animais a desabamentos, alagamentos, soterramentos e outros casos de emergência.

Aquele que é chamado "Soldado do Fogo" está sempre pronto para ajudar, a qualquer hora, atendendo desde um pedido de captura de animal até o socorro de acidentados. Não raro, altas horas, não só o carro de combate a incêndio, como a ambulância cruzam nossas ruas levando a ajuda ao ser humano ou ao patrimônio.

Mas se podemos elogiar o trabalho, devemos reconhecer que ainda o Estado tem deixado de dar o apoio necessário a esta brava Corporação, e isso está claro nas deficiências, na defasagem e na carência.

Que nesta data dedicada com muita justiça ao nosso bombeiro, na passagem do 75º aniversário da Corporação, a comunidade paranaense reflita sobre a elevada importância do Corpo de Bombeiros e sua constante presença.

Mas que seja também o momento para que o governo interrogue-se, não sobre o que o Corpo de Bombeiros faz pela comunidade, mas o que o próprio Governo pode fazer para que esses bravos soldados possam continuar velando - com maiores condições - pela vida de cada cidadão e pela integridade do patrimônio comum.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam consignados votos de congratulações pelo 35º Aniversário do Vila Fanny Futebol Clube, a transcorrer no dia 12 de outubro.

Outrossim, REQUER, ainda, que da decisão da Mesa, seja dado ciência ao Presidente da Vila Fanny Futebol Clube, Senhor Eliseu Siebert.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) NESTOR BAPTISTA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de louvor à Faculdade de Direito de Mato Grosso UFMT, pela incorporação da disciplina "Ecologia - crimes contra o meio ambiente" ao seu currículo, e à responsável pelo acontecimento, Desembargadora e Professora Shelma Lombardi de Kato, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e funcionária do Tribunal de Justiça daquele Estado.

REQUER, ainda, que da decisão sejam informados os Excelentíssimos Senhores Governador do Estado do Mato Grosso, Senhor Carlos Gomes Bezerra, do Estado do Paraná, Senhor Álvaro Dias, aos Magníficos Reitores das Universidades Federal de Mato Grosso Jair Madureira e do Paraná Senhor Riad Salamuni, ao Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, bem como todos os Diretores de Faculdades de Direito do País, públicas e privadas, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e todas as suas Seções Estaduais.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

A consciência nítida da dura realidade que terá de ser enfrentada pela humanidade, se não houver efetivo comprometimento das políticas governamentais com a proteção do meio ambiente, nos leva ao aplauso de atitudes concretas, engajadas aos movimentos de preservação da vida e melhoria da sua qualidade.

De uma forma sutil e pouco divulgada, a preocupação com o meio ambiente sempre existiu, manifestando-se com maior importância nos meios e na literatura internacionais a partir do final da década de sessenta.

Foi quando líderes científicos e intelectuais de 58 países, numa experiência única de colaboração internacional, dispuseram-se a oferecer críticas e contribuições aos problemas advindos do uso desequilibrado, pela humanidade, dos recursos naturais disponíveis.

Em 1972, tais contribuições serviram para fundamentar os debates da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente Humano, realizada em Estocolmo, quando emergiu o consenso de que a problemática do meio ambiente afeta e compromete de alguma maneira a todos, pobres e ricos, motivando a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1973.

De lá para cá, muito foi feito, mas um balanço, em termos de Brasil, muito deixa a desejar como contribuição nos setores institucionais, legais, político-econômico, social e técnico-científico.

A conquista da Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, além de se constituir numa parcela inestimável de benefício à ecologia, poderá servir de exemplo e estímulo às Faculdades de Direito brasileiras, não apenas para efetivar o cumprimento da débil legislação vigente quanto ao assunto, mas especialmente para motivação de uma classe tão representativa no contexto nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Dr. Mário Pereira, MD. Secretário de Estado da Administração, cumprimentando-o pelo trabalho eficiente e fecundo que vem desempenhando frete à Pasta da Administração.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Não poderia, sob pena de pecar pela omissão, deixar de manifestar os meus cumprimentos do Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado da Administração, em razão de sua reconhecida capacidade de gerenciamento que vem demonstrando no comando daquela importante Secretaria.

Como um dos baluartes da reforma administrativa implantada pelo atual governo, procurando, sob todos os aspectos, dar uma nova roupagem ao estilo de administração, o Secretário criou uma mentalidade funcional inusitada, com a valorização dos funcionários que, efetivamente, têm se identificado com a filosofia de trabalho sério e transparente proposto do Governador Alvaro Dias.

Homem sério e sensível aos grandes e pequenos problemas de sua área, vem dando soluções adequadas e positivas, quando submetidos a sua apreciação e decisão. Prático, coerente, sincero, revela-se, por isso mesmo, como um dos excelentes Secretários de Estado que compõem toda a equipe governamental.

Em razão de suas qualidades como homem público e como cidadão, deixo expresso

meus cumprimentos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 265/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA TUPI", com sede e foro, nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Vila Tupi, Santa Cândida I; com sede provisória na Rua Arnoldo Wolff Gaensly - 492; tem como finalidade: representar e defender os anseios da população da Vila Tupi e enviar esforços no sentido de melhorar as condições de vida dos moradores desta Vila.

Encontra-se devidamente legalizada perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n. de ordem 0333 do livro "A" e protocolo "A" n. 0316.

Por meio de suas finalidades, tais como a promoção do espírito comunitário e incentivo às atividades culturais, sociais, de assistência, visa prestar inúmeros benefícios à coletividade.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres pares, solicitando a sua aprovação, para que venha a merecer o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N. 266/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Gabriel Manoel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Gabriel Manoel nasceu em 18 de setembro de 1923, é natural do Município de Pirai, hoje Pirai do Sul.

Em 1940 mudou-se para a Cidade de Joaquim Távora.

Filho de João Manoel e Helena Jacob Manoel.

Foi comerciante em Joaquim Távora até o ano de 1965, no ramo de tecidos e roupas feitas.

Iniciou sua carreira política no antigo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, elegendo-se vereador em 1º de dezembro de 1955 permanecendo até 30 de novembro de

Em 1972, tais contribuições serviram para fundamentar os debates da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente Humano, realizada em Estocolmo, quando emergiu o consenso de que a problemática do meio ambiente afeta e compromete de alguma maneira a todos, pobres e ricos, motivando a criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em 1973.

De lá para cá, muito foi feito, mas um balanço, em termos de Brasil, muito deixa a desejar como contribuição nos setores institucionais, legais, político-econômico, social e técnico-científico.

A conquista da Desembargadora Shelma Lombardi de Kato, além de se constituir numa parcela inestimável de benefício à ecologia, poderá servir de exemplo e estímulo às Faculdades de Direito brasileiras, não apenas para efetivar o cumprimento da débil legislação vigente quanto ao assunto, mas especialmente para motivação de uma classe tão representativa no contexto nacional.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja enviada cópia deste expediente ao Dr. Mário Pereira, MD. Secretário de Estado da Administração, cumprimentando-o pelo trabalho eficiente e fecundo que vem desempenhando frete à Pasta da Administração.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Não poderia, sob pena de pecar pela omissão, deixar de manifestar os meus cumprimentos do Dr. Mário Pereira, DD. Secretário de Estado da Administração, em razão de sua reconhecida capacidade de gerenciamento que vem demonstrando no comando daquela importante Secretaria.

Como um dos baluartes da reforma administrativa implantada pelo atual governo, procurando, sob todos os aspectos, dar uma nova roupagem ao estilo de administração, o Secretário criou uma mentalidade funcional inusitada, com a valorização dos funcionários que, efetivamente, têm se identificado com a filosofia de trabalho sério e transparente proposto do Governador Álvaro Dias.

Homem sério e sensível aos grandes e pequenos problemas de sua área, vem dando soluções adequadas e positivas, quando submetidos a sua apreciação e decisão. Prático, coerente, sincero, revela-se, por isso mesmo, como um dos excelentes Secretários de Estado que compõem toda a equipe governamental.

Em razão de suas qualidades como homem público e como cidadão, deixo expresso

meus cumprimentos.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 265/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA TUPI", com sede e foro, nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Vila Tupi, Santa Cândida I; com sede provisória na Rua Arnoldo Wolff Gaensly - 492; tem como finalidade: representar e defender os anseios da população da Vila Tupi e enviar esforços no sentido de melhorar as condições de vida dos moradores desta Vila.

Encontra-se devidamente legalizada perante o Registro Civil das Pessoas Jurídicas, sob o n. de ordem 0333 do livro "A" e protocolo "A" n. 0316.

Por meio de suas finalidades, tais como a promoção do espírito comunitário e incentivo às atividades culturais, sociais, de assistência, visa prestar inúmeros benefícios à coletividade.

Assim sendo, submetemos o presente Projeto de Lei à apreciação de nossos ilustres pares, solicitando a sua aprovação, para que venha a merecer o reconhecimento público estadual.

PROJETO DE LEI N. 266/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Gabriel Manoel.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.10.87.

(a) DAVID CHERIEGATE

JUSTIFICATIVA:

Gabriel Manoel nasceu em 18 de setembro de 1923, é natural do Município de Pirai, hoje Pirai do Sul.

Em 1940 mudou-se para a Cidade de Joaquim Távora.

Filho de João Manoel e Helena Jacob Manoel.

Foi comerciante em Joaquim Távora até o ano de 1965, no ramo de tecidos e roupas feitas.

Iniciou sua carreira política no antigo PTB - Partido Trabalhista Brasileiro, elegendo-se vereador em 1º de dezembro de 1955 permanecendo até 30 de novembro de

valorizar o funcionário público estadual.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela aprovação do referido Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) NELSON VASCONCELLOS

Presidente

CÂNDIDO BASTOS

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N. 185/85

PARECER:

De autoria dos nobres Deputados Eduardo Baggio e Anibal Khury, o presente Plano de Lei dá nova redação ao Art. 2º da Lei n. 7.787, de 21 de dezembro de 1983 e adota outras providências.

No âmbito desta Comissão de Finanças chamada a opinar sobre o seu aspecto financeiro, temos que, a matéria aqui tratada merece consideração, uma vez que vem proporcionar benefícios ao funcionário estável que preencher os requisitos dos Art. 6º, 7º e 8º, da Lei n. 7.051, de 04 de dezembro de 1978, até 31 de janeiro de 1984.

Assim sendo, o nosso parecer é favorável, manifestando-nos pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.09.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 35/86, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que dispõe sobre a obrigatoriedade do diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo congênito (HC) nas Casas Hospitalares do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 15/86 de 24.03.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 35/86

PARECER:

O Projeto de Lei n. 35/86, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, visa tornar obrigatório o diagnóstico precoce da fenilcetonúria (FNC) e do hipotireoidismo (HC), nas Casas Hospitalares do Paraná.

A medida visa prevenir, mediante diagnóstico precoce, duas moléstias congênitas que podem levar a graves alterações neuropsíquicas e freqüentemente se tornam irreversíveis quando não há atendimento em tempo hábil.

Assim sendo, a proposta em si é justa, humana e de elevado alcance social, estando o projeto devidamente justificado nos termos em que estabelece o Regimento In-

terno.

Analisando a matéria no seu aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que a mesma não apresenta qualquer impedimento que possa obstaculizar a sua normal tramitação por esta Casa, deixando-se de analisá-la quanto ao mérito da matéria, tendo em vista que o mesmo por certo será objeto de apreciação pela Comissão de Saúde.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17.06.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

AMÉLIA HRUSCHKA

Relatora

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N. 35/86

PARECER:

O Projeto de Lei n. 35/86, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, visa a obrigatoriedade de exames laboratoriais para o diagnóstico precoce da Fenilcetonúria (FNC) e do Hipotireoidismo Congênito (HC), em todas as Casas Hospitalares mantidas ou subvencionadas pelo Estado do Paraná.

À luz do mérito para o qual foi convocada a opinar esta Comissão de Saúde Pública, entendemos que a aprovação do Projeto em pauta trará inquestionáveis benefícios, de vez que tais doenças, se diagnosticadas em tempo, são passíveis de tratamento; entretanto, se instaladas e diagnosticadas tardiamente, suas consequências são praticamente irreversíveis.

Seus portadores estão fadados a permanecer ao longo de toda a sua vida à mercê de assistência permanente, tornando-se um encargo para o Estado, ônus para a sociedade e sobrecarga para a família.

Do ponto de vista preventivo, quaisquer que sejam os custos para o diagnóstico precoce, os frutos advindos serão altamente gratificantes, pois o índice de deficientes em nosso Estado tenderá a baixar consideravelmente.

Pelo exposto, esta Comissão de Saúde Pública sugere ao Eminentíssimo Deputado Djalma de Almeida César, providências para que Projeto de igual teor seja elaborado pela Câmara Federal, onde queremos crer, será conclamada a participação do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social - INAMPS, visando maior abrangência da Lei, por entendermos que a extensão desta medida aos demais estados da Federação concorrerá significativamente para a formação de uma população cada vez mais hígida, fazendo justiça ao princípio de

que "A Saúde do Povo é a Suprema Lei".

Diante do exposto, esta Comissão manifesta parecer FAVORÁVEL, e opina pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 20.05.87.

(aa) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Presidente

LAURO LOBO ALCÂNTARA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 183/86, de autoria do Deputado NILSO SGUAREZI, que autoriza o Poder Executivo promover a continuidade da pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade de Ramal 7 até o Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 84/86 de 19.08.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N. 183/86

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, autoriza o Poder Executivo a promover a continuidade da pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade de Ramal 7 até o Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Consultada sobre o assunto, a Secretaria de Estado dos Transportes informou da inviabilidade do atendimento devido a carência de recursos orçamentários.

Como na justificativa do Projeto de Lei é ressaltada a importância econômica da medida proposta e considerando tratar de mera autorização, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI N. 183/87

P A R E C E R:

De autoria do Nobre Deputado Nilso Sguarezi, o presente Plano de Lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a promover a continuidade da pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade de Ramal 7 até o Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí.

Chamada a opinar a Douta Comissão de Constituição e Justiça deu parecer FAVORÁVEL devido a importância econômica da medida ora proposta para os agropecuaristas daquela região produtora de café e cereais

e que ostenta o 2º lugar na produção de arroz irrigado em todo o nosso Estado e pelo fato dela mesma entender se tratar meramente de uma autorização.

Tendo esta Comissão de Finanças o mesmo entendimento que a Douta Comissão de Constituição e Justiça no que tange a importância da propositura para o desenvolvimento de tão promitente região e que realmente se trata de mera autorização, já que é da competência desta Augusta Casa de Leis, conforme o artigo 21 da Constituição Estadual e é da competência desta Comissão se manifestar sobre toda e qualquer proposição quanto ao aspecto financeiro da mesma, vê por bem esta mesma Comissão se pronunciar favoravelmente à medida em tela.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL à aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Comissões, em 25.06.87.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente e Relator

COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES PROJETO DE LEI N. 183/86

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em questão, de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, visa autorizar o Poder Executivo promover a continuidade da pavimentação asfáltica da estrada que liga a localidade de Ramal 7 até o Distrito de São José do Ivaí, no Município de Santa Isabel do Ivaí.

A Comissão de Constituição e Justiça manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre o seu mérito, tem que, tal propositura visa beneficiar a região de São José do Ivaí e o bairro Bandeirantes onde se concentram as áreas onde mais se produz café e cereais naquele Município.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 15.09.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 217/86, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que estabelece normas para a expedição e renovação de alvará de licença a estabelecimentos comerciais do ramo farmacêutico, conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publicado no DA. n. 102/86 de 22.09.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 217/86

P A R E C E R:

O nobre Deputado Edmar Luiz Costa vem apresentar proposição estabelecendo normas para a expedição e renovação de alvará de licença a estabelecimentos comerciais do ramo farmacêutico.

Analisando a iniciativa, conclui-se que a mesma vem ao encontro das aspirações dos profissionais farmacêuticos devidamente habilitados, bem como dos interesses da população em geral, que dessa maneira será melhor atendida em suas necessidades, embora entenda-se que a respeito do mérito da questão deveria ser ouvida a Comissão competente.

Quanto ao aspecto constitucional e legal, não há óbice que impeça a normal tramitação da matéria, sendo esta Comissão de Constituição e Justiça pela aprovação da matéria.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 28.04.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI N. 217/86

P A R E C E R:

Entendo que a expedição pelas prefeituras de alvará de licença à abertura de estabelecimentos do ramo farmacêutico, condicionada à apresentação do protocolo de regularização perante o CRF - PR., contribuirá para a valorização do profissional farmacêutico, evitará a proliferação de farmácias e diminuirá a medicalização excessiva da população.

Observando-se, no entanto, que por este Projeto de Lei, os referidos estabelecimentos não se eximem da necessidade da Licença Sanitária, devidamente autorizada pela Saúde Pública do Estado.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 24.06.87.

(aa) LAURO LOBO ALCÂNTARA

Presidente

HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 261/86, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dá nova redação ao art. 1º, da Lei n. 7.980, de 30.11.84 (o I.P.E. custeará as despesas médico-hospitalares, dos funcionários públicos estaduais internados em consequência de acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções), conforme especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 121/86 de 23.10.86).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 261/86

P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Anibal Khury, o presente Projeto de Lei tem por finalidade dar nova redação ao art. 1º da Lei n. 7980, de 30.11.84 - O IPE custeará as despesas Médico-Hospitalares dos funcionários públicos estaduais internados em consequência de acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções.

Como se pode notar da própria justificativa, a medida é revestida de inegável mérito, pois visa, antes de mais nada, o atendimento ao princípio constitucional da isonomia, pois o benefício ora proposto já é concedido à Polícia Civil do Estado.

Se bem que o § 1º do art. 2º da Constituição Estadual arrole a iniciativa do Projeto de Lei em questão entre aquelas que são de competência exclusiva do Poder Executivo, é entendimento pacífico, já confirmado pela abundância de precedentes que a sanção governamental sana o eventual vício de origem, não havendo, portanto, sob este aspecto, óbice a antepor.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N. 261/86

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, visa gerar a obrigatoriedade do IPE - Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - em custear integralmente as despesas médico-hospitalares dos servidores estatutários do Estado, em acomodação individual, incluindo seu acompanhante, nos casos em que sejam vítimas de acidentes ocorridos durante o desempenho de suas funções.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, ao analisar a matéria, manifestou-se favoravelmente à aprovação da mesma, amparando-se no princípio isonômico, pois que o referido benefício já é concedido aos funcionários integrantes da Polícia Civil do Estado, com amparo na Lei n. 7.980, de 30 de novembro de 1984.

Além do presente Plano de Lei apresentar aspecto altamente meritório, não vem acarretar maiores despesas para o Estado, uma vez que todos os funcionários públicos estaduais estatutários contribuem com 8% de seus salários, mensalmente, para os cofres do IPE, o que, sem dúvida, propicia-lhe suporte financeiro suficiente para

arcar com tal responsabilidade.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao Projeto, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 16.09.87.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 75/87, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que declara de Utilidade Pública a A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Marialva, com sede e foro no Município de Marialva - PR.. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 54 de 25.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 075/87

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Deputado Ferrari Júnior, declara de Utilidade Pública a A.P.A.E. - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Município de Marialva, com sede e foro no Município de Marialva, Estado do Paraná.

A matéria atende ao disposto na Lei n. 6994, de 10 de janeiro de 1978, que define normas para a declaração de Utilidade Pública de entidades em geral.

Portanto, não existe qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental ao trâmite da matéria nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 83/87, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, que declara de Utilidade Pública o Clube de Oratória de Apucarana, com sede e foro no mesmo Município. Com Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 58 de 01.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 83/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado José Domingos Scarpellini, objetiva o presente Plano de Lei declarar de Utilidade Pública o Clube de Oratória de Apucarana, com sede e foro no mesmo Município.

Encontra-se o processado, instruído com as peças exigidas pela legislação pró-

pria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais Órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela APROVAÇÃO do presente Plano de Lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

ARTAGÃO MATTOS LEÃO

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 104/87, de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que denomina a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de Maria Nifa Garanhão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.O.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. n. 67 de 17.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 104/87

1. Da lavra do nobre Deputado DIRCEU MANFRINATO, o presente Projeto de Lei visa homenagear a Senhora Maria Nifa Garanhão dando-lhe o nome à estrada Japurá - São Carlos do Ivaí.

2. Paulista de nascimento, a homenageada veio residir em Japurá em 1963, ali falecendo em 29 de março de 1986. São 23 anos de vida na região e nada mais justo que seu nome e memória fiquem gravados para sempre. O povo que conheceu - sabedor de seu amor à comunidade - certamente endossa a iniciativa do ilustre parlamentar representante da região.

3. Não há óbice legal ou constitucional.

Parecer favorável. Pela aprovação, S.M.J.

Sala das Comissões, em 18.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS;
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N. 104/87

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dirceu Manfrinato, o Projeto de Lei em questão, objetiva denominar a estrada que liga Japurá a São Carlos do Ivaí, de Maria Nifa Garanhão.

A Comissão de Constituição e Justiça, manifestou-se favoravelmente sobre seu aspecto legal e constitucional.

Esta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, chamada a opinar sobre seu mérito, conclui que esta propositura pretende prestar justa homena-

gem à Maria Nifa Garanhão, pioneira que sempre trabalhou para o progresso e crescimento do Município de Japurá.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 15.09.87.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDÃO

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Senhores Deputados Paulo Furiatti, Paulino José Delazeri, Raul Lopes e demais Senhores Deputados, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, manifestando a preocupação deste Poder, quando à presença de tropas do Exército, de maneira ostensiva e indevida, que afeta a autonomia do Estado do Paraná, nos acontecimentos ocorridos no Município de Foz do Iguaçu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Ordem dos Advogados do Brasil seção da Bahia, encarecendo informações sobre as condições carcerárias e a situação processual dos Senhores Marcos Reale, Jair José Evangelista, José Wellington Pinto Diogenes e Antônio Prestes de Paula, atualmente encarcerados na Casa de Detenção de Salvador. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde, viabilizando a destinação de um gabinete dentário para o Posto de Saúde do Município de Centenário do Sul. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à APAE, desta Capital, pela passagem do 25º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações à Associação Brasileira das Mulheres de Carreira Jurídica - Seção do Paraná, pela eleição de sua nova Diretoria. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros

do Paraná, pelo transcurso de seu Jubileu de Diamante. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo providências para acabar com uma vala existente na estrada da ponte sobre o Rio Pirapó, na estrada que liga os Municípios de Atalaia à Flórida. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO, por intermédio da Secretaria das Finanças, viabilizando a instalação de um Posto Avançado do referido banco, no Distrito de Santa Bárbara, no Município de Santa Cecília do Pavão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a implantação do sistema de abastecimento de água nos Distritos de Casa Branca e Elisa, no Município de Xambrê. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Comandante da Polícia Militar do Paraná e do Corpo de Bombeiros, encaminhando cópia do pronunciamento deste Parlamentar, alusivo ao transcurso do aniversário do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações do Jornal Indústria e Comércio do Paraná, pela passagem do 11º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Assuntos Comunitários, parabenizando-o pela dinamização de sua Pasta, na realização dos seus programas de trabalho. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pela passagem do 75º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente, solicitando voto de louvor à faculdade de Direito de Mato Grosso - UFMT, pela incorporação da disciplina "Ecologia - Crimes Contra o Meio Ambiente", ao seu currículo. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rede Globo de Televisão, pela Campanha "Criança Esperança". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Administração, cumprimentando-o pela sua eficiente e fecunda atuação frente àquela Pasta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nestor Baptista, constante do expediente solicitando voto de congratulações ao Vila Fanny Futebol Clube, pela passagem do 35º aniversário de fundação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, cumprimentando-o pela excelente atuação frente àquela Pasta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, cumprimentando-o pela excelente atuação frente àquela Pasta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Afonso Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e do Comércio, cumprimentando-o pela forma coerente, séria e agilizada com que vem conduzindo os trabalhos da Pasta que dirige. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, encarecendo a destinação de verba a fundo perdido, para a execução de reparos no Conjunto Habitacional São Cristovão - COHAPAR II, no Município de Umuarama, através de convênio entre o Governo do Estado e a Prefeitura do Município. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Raul Lopes, Pedro Tonelli, Paulino José Delazeri e demais Senhores Deputados,

constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja apreciado pelo Plenário desta Casa o relatório subscrito pelos mesmos, relacionado com os acontecimentos ocorridos no Município de Foz do Iguaçu. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário do Trabalho e Ação Social, visando a melhoria salarial para o pessoal da Polícia Rodoviária Estadual, tendo em vista a grande defasagem existente com relação ao pessoal de outros Estados. Em votação.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)
Qual é o requerimento que está sendo votado?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O requerimento do Deputado Lindolfo Júnior que solicita realização de estudos visando a melhoria salarial do pessoal da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná. Em votação. APROVADO.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem) Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) A Mesa defere e fará a verificação de votação.

Deputados que aprovam queiram levantar-se.

Nenhum Senhor Deputado aprova.

Deputados que rejeitam.

Seis Senhores Deputados rejeitam.

Consulto o Deputado Pedro Tonelli, Como vota?

O SR. PEDRO TONELLI - Eu me abstenho.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência não pode se abster, senão Vossa Excelência levará falta na sessão.

O SR. PEDRO TONELLI - Então eu ...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em virtude de apenas 7 Senhores Deputados terem rejeitado, não há "quorum" para votação, nem para prosseguimento de sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 13, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 41/87

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 202/87
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.º 185/85, 35/86, 183/86, 217/86, 261/86, 75/87, 83/87, 104/87, 142/87.

Levanta-se a Sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 25.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE OUTUBRO DE 1.987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Hermas Brandão.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artação Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quiel-se Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Tadeu Lúcio Machado (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.^o Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

(2.ª chamada).

Trinta e um Senhores Deputados responderam a chamada nominal.

A Presidência irá proceder à verificação de votação, atendendo pedido do Senhor Deputado Pedro Tonelli.

(É procedida à verificação de votação)

Vinte Senhores Deputados aprovam; 12 Senhores Deputados rejeitam. Aprovada a Ata).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 252/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 138/86), que objetiva alterar a redação dos dispositivos que especifica, da Lei n. 1943, de 23 de junho de 1954. (Código da Polícia Militar do Estado do Paraná). Aprovado. (Public. no DA. n. 119/86 de 21/10/86 - Mensagem)-

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 79/87, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibituva o imóvel constituído pelo terreno rural situado na localidade de Guarimiranga medindo 12.100m², matriculado sob n. 12.219, Livro 3-C do Cartório do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Ibituva. Aprovado. (Public. no DA. n. 56 de 27.05.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 113/87, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE TUPASSI, com sede e foro no Município de Tupãssi. Aprovado. (Public. no DA. n. 71 de 24.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 118/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública

o "Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista do Paraíso", com sede e foro no Município de Bela Vista do Paraíso. Aprovado. (Public. no DA. n. 72 de 25.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 121/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE APUCARANA", com sede e foro no Município de Apucarana. Aprovado. (Public. no DA. n. 75 de 30.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 122/87, de autoria do Deputado Antônio Bárbara, que declara de Utilidade Pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE DOUTOR CAMARGO", com sede e foro no Município de Doutor Camargo. Aprovado. (Public. no DA. n. 75 de 30.06.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 139/87, de autoria do Deputado Pedro Tonelli, que declara de Utilidade Pública o "Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA", com sede nesta Capital. Aprovado. (Public. no DA. n. 79 de 06.08.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 163/87, de autoria do Deputado Sabino Campos, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE", com sede e foro no Município de Jesuítas. Aprovado. (Public. no DA. n. 83 de 13.08.87).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 39/87, (Mensagem n. 42/87 ex-Proposição n. 50/87), que aprova Termos Aditivos de 27.08.85 e 28.10.86, de revigoração do Convênio n. 63/84, celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior, com a TELEPAR, o Município de Curitiba e o IPPUC, objetivando a execução do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas UNIBASE". Aprovado. Public. no DA. n. 49 de 14.05.87 - Mensagem).

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 40/87, (Mensagem n. 45/87 ex-Proposição n. 53/87), que aprova Convênio de 28.04.87, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com interveniência da Polícia Militar, e o Município de União da Vitória, objetivando a fiscalização do cumprimento das disposições referentes ao Estacionamento Regulamentado nas vias do Município. Aprovado. (Public. no DA. n. 56 de 27.05.87 - Mensagem).

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Deputado Antônio Annibelli, queria apenas fazer um convite aos demais companheiros Parlamentares. Hoje à tarde haverá uma sessão solene e gostaria também de esclarecer que a Proposição de entrega de Título de Cidadão Honorário não é de minha autoria. Apenas estou cumprindo um pedido feito. Foi um Projeto aprovado em 29 de junho de 1971, por esta Assembléia, há 17 anos atrás, por uma proposição do Deputado, já falecido Antônio Lopes Júnior, ou "Tico Lopes", como era conhecido, que era da Região de Irati. Queria convidar os demais Parlamentares para comparecerem, porque não estarão prestigiando uma sessão solene de entrega de título por proposição do Deputado Algaci Túlio, mas sim homenageando um Parlamentar já falecido. Era isto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência iria fazer o devido convite, mas faz de suas palavras a palavra desta Presidência e espera contar com os Senhores Deputados na sessão das 15.00 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.